

Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 549, de 2011

Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995	Projeto de Lei do Senado nº 549, de 2011	Emendas
		Emenda nº 1 – CE/CAE Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 549, de 2011, a seguinte redação:
	Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir, a pessoas físicas, a dedução de despesas com livros técnicos diretamente ligados à sua área profissional.	“Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução, da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Física, das despesas com a aquisição de livros técnicos diretamente afeitos à profissão do contribuinte e com a aquisição de livros didáticos diretamente afeitos à sua instrução e à dos seus dependentes.”
	O CONGRESSO NACIONAL decreta:	
		Subemenda nº 1 – CAE à Emenda nº 2 – CE Dê-se à alínea “i” do inciso II do caput do art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, nos termos dados pela Emenda nº 02-CE ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 549, de 2011, a seguinte redação:
	Art. 1º O art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar acrescido da alínea “i”, com a seguinte redação:	“ Art. 1º
Art. 8º A base de cálculo do imposto devido no ano-calendário será a diferença entre as somas: II - das deduções relativas: h) (VETADO).	“ Art. 8º	‘ Art. 8º II -
	i) às despesas realizadas com a aquisição de livros técnicos e didáticos diretamente afeitos à profissão e à instrução do contribuinte, bem como de seus dependentes.” (NR).	i) às despesas com a aquisição de livros técnicos diretamente afeitos à profissão do contribuinte e com a aquisição de livros didáticos diretamente afeitos à sua instrução e à dos seus dependentes, até o limite anual individual previsto na alínea b do inciso II do caput deste artigo.
.....	’ (NR)”

Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 549, de 2011

Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995	Projeto de Lei do Senado nº 549, de 2011	Emendas
	<p>Art. 2º O Poder Executivo, com vistas ao cumprimento do disposto nos arts. 5º, II, 12 e 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estimará o montante da renúncia fiscal decorrente do disposto nesta Lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição Federal, que acompanhará o projeto de lei orçamentária cuja apresentação se der após decorridos sessenta dias da publicação desta Lei, bem como fará constar das propostas orçamentárias subsequentes os valores relativos à aludida renúncia.</p>	
	<p>Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.</p>	